



**CA RENDIMENTO**  
FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO  
ABERTO DE OBRIGAÇÕES

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**JUNHO 2021**

## ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO .....	2
NOTA INTRODUTÓRIA .....	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS.....	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS DE OBRIGAÇÕES .....	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO .....	9
ERROS DE VALORIZAÇÃO .....	11
EVENTOS SUBSEQUENTES .....	12
NOTAS INFORMATIVAS .....	13
BALANÇO .....	16
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	19
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	21
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
RELATÓRIO DE AUDITORIA .....	32

## Relatório de Gestão

---

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo foi constituído em 20 de junho de 1994 como fundo de obrigações de taxa variável euro, com a denominação Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - RAIZ Rendimento.

Os documentos constitutivos foram atualizados em 5 de novembro de 2013, de harmonia com o Dec-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio e com o Regulamento n.º 5/2013 da CMVM, passando a ser um Fundo de Obrigações.

Em 1 de setembro de 2014 passou a designar-se Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A..

## SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O primeiro semestre de 2021 foi, em múltiplas dimensões, melhor do que o esperado, não obstante as expectativas elevadas à partida.

Apesar da deterioração da situação pandémica na Europa e em alguns países emergentes, a confirmação dos elevados índices de eficácia das vacinas e a celeridade das vacinações nos países desenvolvidos contribuíram para a antecipação das perspetivas de reabertura das economias. Tal possibilitou a incorporação de menores riscos de *downside* e de sequelas económicas relacionadas com a Covid-19, apesar de “apenas” 24% da população mundial ter recebido, até ao momento, pelo menos uma vacina. Nota ainda para a maior adaptabilidade dos agentes económicos a restrições à mobilidade, o que minimizou o impacto económico das mesmas.

Após uma forte resposta à crise pandémica em 2020, as políticas monetárias dos principais bancos centrais mantiveram-se profundamente expansionistas. A Reserva Federal dos EUA (Fed) manteve o seu ritmo de compras inalterado em 120 mil milhões de dólares/mês, tendo já quase duplicado a dimensão do seu balanço desde o início da pandemia. Apesar da possibilidade de subidas de taxas diretoras em 2023, a retórica continua a incidir quase exclusivamente no objetivo de recuperação económica e do mercado laboral, em oposição aos potenciais riscos inflacionistas.

O continente europeu voltou a estar entre os mais fustigados pela pandemia entre o final de 2020 e o início de 2021. Os riscos económicos relacionados com a reintrodução dos confinamentos justificaram o reforço das compras de ativos pelo Banco Central Europeu (BCE), ao abrigo da flexibilidade do programa PEPP – Pandemic Emergency Purchase Programme, o que contribuiu para a estabilidade das condições financeiras na região.

A atuação dos bancos centrais das economias emergentes foi distinta, assistindo-se a várias subidas de taxas diretoras, maioritariamente relacionadas com a trajetória inflacionista, mas que representam uma reversão apenas parcial dos cortes de taxas de juro ocorridos em 2020.

As políticas orçamentais foram globalmente mais expansionistas que o esperado, particularmente nos EUA. O controlo democrata da agenda económica do Congresso dos EUA permitiu a aprovação de um pacote de estímulos económicos de 1.900 mil milhões de dólares e negociações bipartidárias para dois outros planos económicos que incluem o investimento em infraestruturas e medidas de carácter social relacionadas com cuidados de saúde, educação, licenças maternidade e de assistência à família. Na Europa, o Plano de Recuperação Europeu foi validado e os planos nacionais subsequentemente aprovados, prevendo-se que o respetivo desembolso se inicie entre o final de julho e o início de agosto.

A combinação de perspetivas de reabertura precoce das economias e de políticas monetária e orçamental expansionistas esteve na origem de revisões em alta das estimativas de crescimento económico e da inflação para 2021 e 2022.

Um dos desenvolvimentos de destaque no primeiro semestre de 2021 foi a evolução da inflação. O acréscimo de procura relacionado com a reabertura das economias e as disrupções nas cadeias de abastecimento, a par de efeitos de base e de outros fenómenos temporários, originaram uma aceleração da inflação à escala global.

O enquadramento macroeconómico descrito foi acompanhado por uma propensão para a tomada de risco pelos investidores, ao longo do primeiro semestre de 2021.

As expectativas inflacionistas subiram, o que justificou rendibilidades negativas no rendimento fixo. Este fenómeno revelou-se particularmente penalizador para a dívida governamental. O desempenho da dívida periférica europeia (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) foi ainda assim beneficiado por estreitamentos do prémio de risco face à Alemanha, fruto da atuação do BCE, da criação do Plano de Recuperação Europeu e da evolução favorável das perspetivas económicas para a região.

A melhoria dos fundamentais, a queda dos incumprimentos, os menores volumes de emissões e o suporte da política monetária contribuíram para o estreitamento dos *spreads* do crédito para mínimos históricos, com destaque para a forte compressão nos segmentos de menor qualidade creditícia.

A trajetória de apreciação do dólar, a subida da taxa de juro dos EUA e o menor sucesso na vacinação dos emergentes (e dificuldades na contenção da pandemia) pressionaram o desempenho da dívida de mercados emergentes.

Inversamente, os mercados acionistas assinalaram ganhos pronunciados e generalizados no primeiro semestre de 2021, quase exclusivamente relacionados com perspetivas mais otimistas para os resultados empresariais. A retoma económica global e a subida das expectativas inflacionistas beneficiaram os títulos e os índices de natureza mais cíclica, entre os quais as ações europeias.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia depreciou face à libra britânica e ao dólar, mas valorizou face às divisas de refúgio (iene e franco suíço). O dólar norte-americano esteve em destaque no semestre, impulsionado pelo superior desempenho da economia doméstica e por expectativas de remoção de estímulos pela Fed. Pese embora as valorizações ainda historicamente atrativas, as moedas de mercados emergentes estiveram pressionadas.

A reabertura económica, as disrupções nas cadeias de abastecimento e o desequilíbrio entre procura e oferta resultaram em valorizações expressivas das matérias-primas nos primeiros seis meses do ano. O índice agregado de matérias-primas valorizou mais de 25%. A principal exceção foram os metais preciosos, que se mostraram vulneráveis ao ambiente de subida de taxas de juro.

## PRINCIPAIS EVENTOS

### Criação da Categoria R e inclusão de novas entidades comercializadoras

Em março foi aprovada pela CMVM a criação de uma nova categoria de unidade de participação (Categoria R) e a inclusão do Bison Bank, S.A. e do Banco Invest, S.A. como novas entidades comercializadoras.

Em abril foi aprovada pela CMVM a inclusão do Banco de Investimento Global, S.A. como nova entidade comercializadora das unidades de participação da categoria R do fundo IMGA Ações Portugal.

### Atualizações dos documentos constitutivos dos fundos IMGA

Em fevereiro foi concluído o processo da primeira atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em março, com a entrada em vigor do Regulamento (EU) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho (*Sustainability Finance Disclosure Regulation – SFDR*), os Prospetos dos fundos foram alterados para incorporarem as menções ao risco em matéria de sustentabilidade.

Em maio foi concluída a segunda atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2020.

Ao longo do primeiro semestre de 2021 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento atual de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

### Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A 30 de abril foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

### IMGA Money Market USD – Alteração da política de investimento

A 29 de janeiro foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Money Market USD, por forma a incorporar na sua política de investimento a possibilidade, já prevista na lei, de o fundo poder investir até 100% em ativos emitidos ou garantidos numa única entidade, designadamente até 100% dos seus ativos em instrumentos de mercado monetário emitidos ou garantidos por governos soberanos de Estados-Membro da OCDE, entidades supranacionais e organizações supranacionais onde os Estados Unidos ou pelo menos um Estado-Membro da União Europeia participe.

## **IMGA Liquidez – Alteração da política de investimento**

Em maio foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Liquidez, possibilitando o investimento em títulos de dívida subordinada, até um máximo de 5% do VLGF.

## **Novos Órgãos Sociais**

Foram aprovados pela CMVM os novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que compõem os Órgãos Sociais da Sociedade para o mandato 2021/2023.

## **Fundos de Capital de Risco**

No primeiro semestre foram registados pela CMVM quatro novos Fundos de Capital de Risco estando em fase de preparação a sua constituição.

A handwritten signature in black ink, consisting of a vertical line with a loop at the bottom and a horizontal stroke extending to the right.

## DESEMPENHO DOS FUNDOS DE OBRIGAÇÕES

Durante o primeiro semestre de 2021, as taxas de juro continuaram condicionadas pela atuação dos bancos centrais no apoio incondicional aos mercados financeiros e na resposta à crise provocada pela Covid-19.

A categoria de fundos de obrigações é considerada um bom refúgio para situações globais de aumento de risco e desta forma, os fundos desta categoria obtiveram um valor positivo nas subscrições líquidas de 283 milhões de euros nos dois últimos semestres, representando 8% no total de subscrições líquidas no período. A rentabilidade média dos fundos de obrigações a 12 meses foi de 2,6%, oscilando entre os 5,4% nos fundos de obrigações internacionais e os 1,3% nos fundos de obrigações de taxa indexada, segundo os dados da APFIPP.

Os fundos IMGA obtiveram boa rentabilidade face aos restantes fundos desta categoria, consoante as suas classificações nas diversas subcategorias de fundos. A IMGA conta com dois fundos na categoria de fundos de obrigações de taxa indexada, o IMGA Euro Taxa Variável e o CA Rendimento e quatro fundos na categoria obrigações em euros - IMGA Rendimento Semestral, IMGA Iberia Fixed Income ESG, IMGA Dívida Pública Europeia e o IMGA Rendimento Mais. O IMGA Retorno Global está categorizado como fundo de obrigações internacional.

No final de junho de 2021, os fundos de obrigações IMGA apresentaram as seguintes rentabilidades e níveis de risco:

FUNDOS IMGA	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco	
		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	1,51%	0,45%	1	0,38%	1,65%	2	0,21%	1,32%	2
CA RENDIMENTO	1,82%	0,67%	2	0,29%	2,26%	3	0,31%	1,82%	2
IMGA RENDIMENTO MAIS	3,03%	1,21%	2	0,82%	3,14%	3	0,88%	2,53%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	2,17%	1,79%	2	1,24%	4,62%	3			
IMGA RETORNO GLOBAL	4,16%	1,98%	2	1,77%	4,94%	3	0,87%	3,94%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	2,25%	0,80%	2	0,73%	2,48%	3	0,53%	1,96%	2
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	-0,40%	3,10%	3	1,91%	3,99%	3	0,69%	3,28%	3

Fonte: APFIPP, 30 de junho de 2021



## INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO

O primeiro semestre de 2021 foi caracterizado por uma recuperação económica global liderada pelos EUA, devido aos progressos da vacinação e da sua eficácia, com os indicadores macroeconómicos de consumo, investimento e crescimento do PIB a apresentarem sinais positivos face à recessão global originada pela pandemia Covid-19 durante o ano 2020.

A recuperação económica originou inicialmente pressões inflacionistas no setor energético, nomeadamente no petróleo, e posteriormente receios de inflação genérica devido às interrupções nas diversas cadeias de produção originadas pela falta de matérias-primas, que também apresentaram um aumento significativo dos preços. O indicador de emprego, apesar de registar melhorias, continua a apresentar uma recuperação mais fraca. As taxas de juro americanas, perante este cenário económico e a possibilidade do início antecipado do *tapering* do *quantitative easing* pela Fed, apresentaram no primeiro trimestre uma forte subida, com as taxas de juro na Europa a acompanharem este movimento com um desfasamento temporal. Este movimento levou a uma intervenção dos bancos centrais, nomeadamente da Fed e do BCE, em que reiteraram a manutenção das políticas monetárias expansionistas e consideraram o efeito inflação como transitório, centrando a sua atuação na recuperação do indicador económico do emprego.

A atuação da Fed e do BCE, juntamente com o ressurgimento de novas vagas de Covid-19, sendo a mais preocupante a variante Delta, fizeram condicionar o comportamento das taxas de juro. Salienta-se também a melhor perspetiva de resultados das empresas no primeiro semestre e a recuperação das métricas de risco de crédito, o que permitiu a melhoria das notações do risco de crédito das agências de rating e um nível baixo de insolvências. O mercado de emissões de dívida obrigacionista continuou bem suportado, com o segmento *Investment Grade* a beneficiar das compras do BCE e o segmento *High Yield* com melhoria do risco de crédito.

Durante o primeiro semestre do ano 2021, a estratégia prosseguida na gestão do Fundo CA Rendimento assentou numa gestão ativa do risco de crédito, do risco de taxa de juro e do risco de liquidez, tendo em conta a dimensão da recuperação económica, com o avanço do processo de vacinação, as pressões inflacionistas, a evolução da pandemia com o aparecimento de novas variantes e o aumento da probabilidade da retirada dos estímulos das políticas fiscais e monetárias não convencionais pelos governos e bancos centrais.

Após a forte subida das taxas de juro no primeiro trimestre, o Fundo geriu a sua duração de uma forma conservadora, procurando assegurar progressivamente o reinvestimento no risco de taxa de juro a remunerações mais atrativas, e privilegiando o segmento *Investment Grade* e em emitentes de setores mais cíclicos. Os setores privilegiados foram os de Consumo, Energia, Matérias-Primas e Financeiro com maturidades de médio prazo de forma a ter o melhor perfil de risco/retorno devido ao estreitamento dos *spreads* da curva de crédito. Também foi reforçado o investimento em dívida subordinada, dívida híbrida e *high yield* devido ao seu valor relativo e fundamental em termos de métricas de crédito como consequência da melhoria das perspetivas económicas e a revisão em baixa do cenário de insolvência das empresas. Durante o primeiro semestre do ano o Fundo reduziu os seus níveis de duração, através de um aumento da cobertura parcial do risco de taxa de juro na sua exposição ao segmento de obrigações de taxa fixa. A cobertura de taxa de juro, ainda que parcial, acabou por ter impacto positivo na performance do Fundo durante o primeiro semestre de 2021.



Apesar de investir predominantemente no segmento de crédito de melhor qualidade (*Investment Grade*), o Fundo aproveitou alguns períodos de aversão ao risco e de alargamento de *spreads* para adicionar alguns emitentes com maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada e dívida *high yield* para obter um potencial de rentabilidade superior.

O desempenho do Fundo durante o primeiro semestre do ano 2021 foi influenciado pela redução dos prémios de risco de crédito, em especial no segmento de maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada e *high yield*, seguindo-se uma posterior normalização dos *spreads*, e pelo alargamento inicial de *spreads* da periferia da zona Euro, seguido de um estreitamento acentuado. O segmento de taxa indexada apresentou uma grande estabilidade, não tendo registado desvalorizações expressivas. Por outro lado, a subida das taxas de juro sem risco penalizou a performance.

O Fundo continuou a participar ativamente no mercado primário de obrigações de crédito, captando o prémio de risco, e a monetizar em mercado secundário de forma ajustada ao seu perfil de risco/retorno.

No final de junho, o Fundo CA Rendimento registou uma rentabilidade a 12 meses de 1,8%, tendo alcançado um valor líquido global de 186,2 milhões de euros, um crescimento de 11,1% relativamente aos 167,5 milhões de euros em junho de 2020.

O Fundo encerrou o semestre com vendas líquidas positivas de 580 mil euros, com subscrições de 21,1 milhões de euros e resgates de 20,5 milhões de euros, apresentando uma rentabilidade efetiva de -0,05%.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

## **ERROS DE VALORIZAÇÃO**

Em 2021, até ao final do mês de junho, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo.

## **EVENTOS SUBSEQUENTES**

No período decorrido entre 30 de junho de 2021 e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

## NOTAS INFORMATIVAS

# Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento

### Elementos Identificativos

**Tipo de Fundo:** Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações  
**Data de Constituição:** 20 de junho de 1994  
**Sociedade Gestora:** IM Gestão de Ativos -  
 - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.  
**Banco Depositário:** Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL  
**Valor da Carteira em 30 junho de 2021:** 186 169 M Euros

### EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Jun-21
<b>Rendibilidade</b>	6,6%	7,1%	4,0%	1,9%	2,3%	1,5%	-3,0%	2,8%	-0,4%	1,8%
<b>Risco (nível)</b>	1	2	2	2	2	2	2	2	3	2

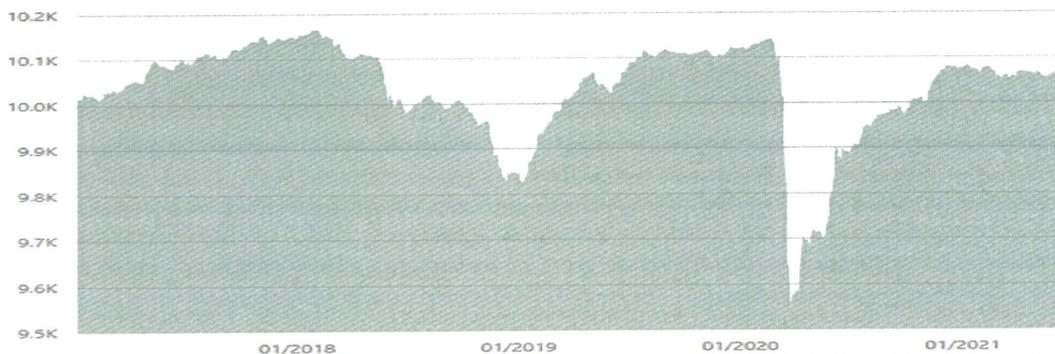
### POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade e estabilidade que acompanhe as taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento em valores mobiliários e instrumentos financeiros, predominantemente de médio e longo prazo, cujas taxas de rendimento dependam das taxas de juro do curto prazo.

O Fundo tem uma política de investimento que obriga a um investimento mínimo de 80% do seu valor em obrigações, sendo pelo menos 50% do seu valor líquido global em obrigações de taxa variável e um máximo de 30% do valor líquido global do Fundo em obrigações de taxa fixa. O Fundo investirá, até ao limite de 10% do seu valor líquido global, em unidades de participação de outros OIC.

O Fundo investirá em ativos denominados em euros, mas poderá investir em ativos denominados em moedas de países integrantes da União Económica e Monetária e/ou em mercados externos à zona euro

### EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

## EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	30.06.2021
Nº UP's em circulação	40.625.083	27.353.647	27.810.018	24.032.436	24.107.735
Valor Unitário UP (Euros)	7,7810	7,5489	7,7600	7,7264	7,7224

## CUSTOS E COMISSÕES

Mercado	Região	Unidades: milhares €							
		30-Jun-21		2020		2019		2018	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	19.113	0,0	12.640	0,0	36.267	0,0	42.113	1,4
Mercados União Europeia	Alemanha	7.505		9.561		9.611		6.834	
	Áustria	5.120		5.110		1.616		1.544	
	França	26.016		24.331		26.972		32.893	
	Bélgica	3.002		3.488		3.983		2.953	
	Polónia							2.001	
	Países Baixos	10.511		8.203		11.574		11.856	
	Dinamarca	3.041				2.063			
	Espanha	20.559		14.311		19.030		14.665	
	Itália	16.631		21.160		20.829		23.724	
	Irlanda	2.974		5.780		5.377		3.157	
	Luxemburgo	1.677		2.562		1.877		1.005	
	Suécia	2.067							
	República Checa	1.563							
	Grécia	1.588		1.547		2.597			
	Finlândia							1.005	
	<b>sub-total</b>	<b>102.254</b>	<b>2,4</b>	<b>96.053</b>	<b>3,1</b>	<b>105.529</b>	<b>5,6</b>	<b>101.636</b>	<b>5,9</b>
Outros Mercados	EUA	20.241		21.158		25.152		22.911	
	Austrália							522	
	Suiça	6.879		3.013		3.502		2.966	
	China					1.050		850	
	Japão	6.560		7.174		9.868		7.058	
	Reino Unido	16.019		13.096		10.663		19.897	
	Emirados Árabes Unidos					3.002			
	México	721		724		725			
	Jersey					3.068			
	Brasil			1.605		1.631			
	<b>sub-total</b>	<b>50.420</b>	<b>0,0</b>	<b>46.769</b>	<b>0,0</b>	<b>58.661</b>	<b>0,0</b>	<b>54.203</b>	<b>0,0</b>
<b>Total</b>		<b>171.787</b>	<b>2,4</b>	<b>155.462</b>	<b>3,1</b>	<b>200.457</b>	<b>5,6</b>	<b>197.953</b>	<b>7,3</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

30.06.2021	
Valores mobiliários	161 787 117
Saldos bancários	30 955 574
Outros ativos	4 452 727
<b>Total dos ativos</b>	<b>197 195 418</b>
Passivos	11 026 512
<b>Valor Líquido de Inventário</b>	<b>186 168 907</b>

**TÍTULOS EM CARTEIRA**

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
<b>1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	7 128 317	50 946	50 146	7 129 117	28 642	7 157 758	4%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	117 349 735	710 787	237 800	117 822 722	240 407	118 063 129	73%
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>	3 596 660	14 842	-	3 611 502	167	3 611 669	2%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	33 159 161	126 479	61 864	33 223 776	12 852	33 236 629	21%
<b>TOTAL</b>	<b>161 233 873</b>	<b>903 054</b>	<b>349 810</b>	<b>161 787 117</b>	<b>282 068</b>	<b>162 069 185</b>	<b>100%</b>

**INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS**

(valores em Euro)

<b>Rendimentos</b>	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	610.570
As mais-valias de investimentos	1.327.131
<b>Custos</b>	
Custos de gestão	(546.513)
Custos de depósito	(91.085)
Outros encargos, taxas e impostos	(89.823)
As menos-valias de investimentos	(1.301.886)
Custos de negociação	(2.498)
<b>Lucro líquido</b>	<b>(94.104)</b>
<b>Lucros distribuídos</b>	
<b>Aumento ou diminuição da conta de capital</b>	
Subscrições	21.103.437
Resgates	(20.523.468)

**VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP**

(Valores em Euro)

	CA RENDIMENTO	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
<b>31.12.2019</b>	215.805.150	7,7600
<b>31.12.2020</b>	185.683.041	7,7264
<b>30.06.2021</b>	186.168.907	7,7224

**OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS**

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2020	Compras	Vendas	+/- Valias	30.06.2021
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro	(10.138.500)	2.661.160.000	(2.671.144.000)	114.554	(20.122.500)
Operações Sobre Cotações					

## Balanço

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021





(valores em Euro)							BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020			
ATIVO						PASSIVO				
Código	Designação	30.06.21			31.12.20		Código	Designação	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			30.06.21	31.12.20
	<b>Outros Ativos</b>									
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM									
33	Ativos Intangíveis das SIM									
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>									
	<b>Carteira de Títulos</b>									
21	Obrigações	161 233 873	903 054	(349 810)	161 787 117	155 461 897				
22	Ações									
23	Outros Títulos de Capital									
24	Unidades de Participação									
25	Direitos									
26	Outros Instrumentos da Dívida									
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>161 233 873</u>	<u>903 054</u>	<u>(349 810)</u>	<u>161 787 117</u>	<u>155 461 897</u>				
	<b>Outros Ativos</b>									
31	Outros ativos									
	<i>Total de Outros Ativos</i>									
	<b>Terceiros</b>									
411+...+418	Contas de Devedores	4 166 792			4 166 792	195 034				
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>4 166 792</u>			<u>4 166 792</u>	<u>195 034</u>				
	<b>Disponibilidades</b>									
11	Caixa									
12	Depósitos à Ordem	20 955 574			20 955 574	30 073 526				
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	10 000 000			10 000 000					
14	Certificados de Depósito									
18	Outros Meios Monetários									
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>30 955 574</u>			<u>30 955 574</u>	<u>30 073 526</u>				
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>									
51	Acréscimos de Proveitos	285 935			285 935	481 711				
52	Despesas com Custo Diferido									
53	Outros acréscimos e diferimentos					0				
59	Contas transitórias ativas									
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>285 935</u>			<u>285 935</u>	<u>481 711</u>				
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>196 642 174</u>	<u>903 054</u>	<u>(349 810)</u>	<u>197 195 418</u>	<u>186 212 168</u>				
	<b>Capital do OIC</b>									
61	Unidades de Participação					120 249 384	119 873 791			
62	Variações Patrimoniais					38 210 015	38 005 639			
64	Resultados Transitados					27 803 611	29 858 043			
65	Resultados Distribuídos									
67	Dividendos Antecipados das SIM									
66	Resultados Líquidos do Período					(94 104)	(2 054 431)			
	<i>Total do Capital do OIC</i>					<u>186 168 907</u>	<u>185 683 041</u>			
	<b>Provisões Acumuladas</b>									
481	Provisões para Encargos									
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>									
	<b>Terceiros</b>									
421	Resgates a Pagar a Participantes					300 380	378 876			
422	Rendimentos a Pagar a Participantes									
423	Comissões a Pagar					263 725	117 004			
424+...+429	Outras contas de Credores					10 455 495	22 505			
43+12	Empréstimos Obtidos									
44	Pessoal									
46	Acionistas									
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>					<u>11 019 600</u>	<u>518 385</u>			
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>									
55	Acréscimos de Custos					3 522	7 380			
56	Receitas com Provento Diferido					3 362	3 362			
58	Outros Acréscimos e Diferimentos					28				
59	Contas transitórias passivas									
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>					<u>6 912</u>	<u>10 742</u>			
	<b>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</b>					<u>197 195 418</u>	<u>186 212 168</u>			
	<b>Total do Número de Unidades de Participação em circulação</b>				<u>24 107 735</u>	<u>24 032 436</u>				
	<b>Valor Unitário da Unidade Participação</b>					<u>7.7224</u>	<u>7.7264</u>			

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.21	31.12.20
<b>Operações Cambiais</b>			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Cotações</b>			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Compromissos de Terceiros</b>			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	20 122 500	10 138 500

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.21	31.12.20
<b>Operações Cambiais</b>			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	20 122 500	10 138 500
	<i>Total</i>	20 122 500	10 138 500
<b>Operações Sobre Cotações</b>			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Compromissos Com Terceiros</b>			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	20 122 500	10 138 500
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



# Demonstração dos Resultados

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021



(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 30 JUNHO DE 2020

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30.06.21	30.06.20			30.06.21	30.06.20
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes		83	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	607 814	641 052
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	2 756	15 058
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 498	3 071		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	652 385	663 226	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	522 241	5 120 507	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	432 364	441 605
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	779 646	1 444 070	839	Em Operações Extrapatrimoniais	894 767	951 965
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e				Provisões para Encargos		
7411+7421	Incrementos Patrimoniais			851	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	0
7412+7422	Impostos Indirectos	71 510	71 740	87			
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>1 937 702</u>	<u>2 049 680</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	3 527	3 189				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>2 031 805</u>	<u>7 305 885</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>				<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	<b>Resultado Líquido do Período (se&gt;0)</b>			66	<b>Resultado Líquido do Período (se&lt;0)</b>	94 104	5 256 204
	<b>TOTAL</b>	<u>2 031 805</u>	<u>7 305 885</u>		<b>TOTAL</b>	<u>2 031 805</u>	<u>7 305 885</u>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	515 440	(4 040 920)	F - E	Resultados Eventuais		
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	115 121	(492 105)	B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(94 104)	(5 256 204)
B-A	Resultados Correntes	(94 104)	(5 256 204)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(94 104)	(5 256 204)

## Demonstração de fluxos de caixa

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(valores em Euro)		DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		Data: 30.06.21	
DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS		30-jun-21		30-jun-20	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>					
RECEBIMENTOS:			21 103 437	21 103 437	30 340 752
Subscrição de unidades de participação	21 103 437				30 340 752
...					
PAGAMENTOS:			20 601 964	20 601 964	73 153 985
Resgates de unidades de participação	20 601 964				73 153 985
Rendimentos pagos aos participantes					
...					
			501 473	501 473	(42 813 233)
<b>OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos</b>					
RECEBIMENTOS:			113 131 347	113 131 347	173 265 636
Venda de títulos e outros ativos	109 400 040				163 506 448
Reembolso de títulos e outros ativos	3 065 436				9 138 529
Resgates de unidades de participação noutros OIC					
Rendimento de títulos e outros ativos					
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra					
Juros e proveitos similares recebidos	665 870				620 659
...					
Outros recebimentos relacionados com a carteira					
PAGAMENTOS:			112 202 285	112 202 285	141 734 026
Compra de títulos e outros ativos	112 198 224				141 730 408
Subscrições de títulos					
Subscrições de unidades de participação noutros OIC					
Comissões de bolsa suportadas					
Vendas de títulos com acordo de recompra					
Juros e custos similares pagos					
Comissões de corretagem	2 391				3 460
Outras taxas e comissões	1 669				158
...					
Outros pagamentos relacionados com a carteira					
			929 062	929 062	31 531 610
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>					
RECEBIMENTOS:			1 667 510	1 667 510	2 390 106
Juros e proveitos similares recebidos					
Operações cambiais					
Operações de taxa de juro	894 200				942 897
Operações sobre cotações					
Margem inicial em contratos de futuros e opções	773 310				1 447 209
Comissões em contratos de opções					
Outras comissões					
....					
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas					
PAGAMENTOS:			1 642 722	1 642 722	2 776 447
Juros e custos similares pagos					
Operações cambiais					
Operações de taxa de juro	779 646				1 443 070
Operações sobre cotações					
Margem inicial em contratos de futuros e opções	855 697				1 333 378
Comissões em contratos de opções					
....					
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	7 380				
			24 788	24 788	(386 341)

(valores em Euro)	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		Data: 30.06.21	
DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	30-jun-21		30-jun-20	
<b>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</b>				
RECEBIMENTOS:		2 450		2 923
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	2 450		2 923	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		575 725		774 579
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários			83	
Comissão de gestão	419 185		605 121	
Comissão de depósito	94 877		100 854	
Taxa de supervisão	16 198		16 255	
Impostos e taxas	45 460		51 729	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	5		537	
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		<b>(573 275)</b>		<b>(771 656)</b>
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
<b>Fluxo das operações eventuais</b>		<b>0</b>		<b>0</b>
<b>SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)</b>		<b>882 048</b>		<b>(12 439 620)</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)</b>		<b>30 073 526</b>		<b>32 315 904</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)</b>		<b>30 955 574</b>		<b>19 876 284</b>

## Anexo às demonstrações financeiras

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021



## INTRODUÇÃO

A constituição do CA Rendimento – Fundos de Investimentos Mobiliários Aberto de Obrigações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 04 de junho de 1990, tendo iniciado a sua atividade em 20 de junho de 1994.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

### 1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)						
	31.12.2020	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30.06.2021
Valor base	119 873 791	13 642 464	( 13 266 870)				120 249 384
Diferença p/Valor Base	38 005 639	7 460 973	( 7 256 598)				38 210 015
Resultados acumulados	29 858 043			-	( 2 054 431)		27 803 611
Resultados do período	( 2 054 431)				2 054 431	( 94 104)	( 94 104)
<b>SOMA</b>	<b>185 683 041</b>	<b>21 103 437</b>	<b>( 20 523 468)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 94 104)</b>	<b>186 168 907</b>
Nº de Unidades participação	24 032 436	2 733 991	( 2 658 691)				24 107 736
Valor Unidade participação	7.7264	7.7190	7.7194				7.7224

Em 30 de junho de 2021 existiam 38 905 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.



O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2021	30-06-21	7.7224	186 168 907	24 107 735
	31-05-21	7.7163	185 721 685	24 068 828
	30-04-21	7.7155	183 239 335	23 749 550
	31-03-21	7.7127	182 175 364	23 620 395
	28-02-21	7.7098	181 876 791	23 590 500
	31-01-21	7.7188	182 424 102	23 633 939
Ano 2020	31-12-20	7.7264	185 683 041	24 032 436
	30-09-20	7.6531	172 555 465	22 547 367
	30-06-20	7.5845	167 538 758	22 089 760
	31-03-20	7.3484	161 462 461	21 972 558
Ano 2019	31-12-19	7.7600	215 805 150	27 810 018
	30-09-19	7.7532	205 718 593	26 533 461
	30-06-19	7.7256	203 006 067	26 277 261
	31-03-19	7.6027	193 864 049	25 499 568

Em 30 de junho de 2021, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	
10% ≤ UPs < 25%	
5% ≤ UPs < 10%	
2% ≤ UPs < 5%	
0.5% ≤ UPs < 2%	2
UPs < 0.5%	9 121
<b>TOTAL</b>	<b>9 123</b>

### 3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	(valores em Euro)	
					Juros corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Bial-Portela Float 24/10/23	1 400 000	41 860	-	1 441 860	5 472	1 447 332
Caixa Geral Depósitos 5.75% 28/06/28	1 665 000	-	(16 290)	1 648 710	473	1 649 183
Celbi Float 22/02/24	1 000 000	8 500	-	1 008 500	6 869	1 015 369
Grupo Pestana SGPS SA 2.5% 23/09/25	695 198	-	(21 868)	673 330	13 425	686 755
NOS SGPS 1.125 02/05/23	818 640	-	(5 512)	813 128	1 455	814 583
TAGUS 2009 - ENGY A1 12/05/25	1 131 775	-	(6 476)	1 125 300	771	1 126 070
VERSE 5 SEN 0.85% 12/02/22	417 704	586	-	418 289	178	418 467
	<b>7 128 317</b>	<b>50 946</b>	<b>(50 146)</b>	<b>7 129 117</b>	<b>28 642</b>	<b>7 157 758</b>

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BTPS 0.6% 01/08/31	974 698	-	(22 220)	952 478	2 388	954 866
CCTS EU Float 15/04/29	7 975 120	21 680	-	7 996 800	2 145	7 998 945
Hellenic Republic 0.75% 18/06/31	1 591 939	-	(3 779)	1 588 160	395	1 588 555
	10 541 757	21 680	(25 999)	10 537 438	4 927	10 542 365
-Obrigações diversas						
AT&T Inc Float 01/05/168	402 200	5 896	-	408 096	1 890	409 986
Amadeus IT Group SA Float 09/02/23	1 901 919	437	-	1 902 356	326	1 902 682
Arkema Var 21/01/169	1 198 200	14 664	-	1 212 864	7 890	1 220 754
Aroundtown SA 0% 16/07/26	974 620	2 990	-	977 610	-	977 610
BCPCE SA Float 09/03/22	1 994 266	19 214	-	2 013 480	588	2 014 068
BMW Finance NV 0% 11/01/26	930 106	-	(3 728)	926 378	-	926 378
BNP Paribas Float 07/06/24	3 228 608	17 472	-	3 246 080	425	3 246 505
BNP Paribas Var 17/12/167	1 063 150	-	(10 460)	1 052 690	2 182	1 054 872
Banco Comercial Português Var 03/12/23	9 821	-	-	9 821	-	9 821
Banco Comercial Português Var 05/06/24	42 985	-	-	42 985	-	42 985
Banco Comercial Português Var 06/12/24	9 730	-	-	9 730	-	9 730
Banco Comercial Português Var 08/04/24	102 703	-	-	102 703	-	102 703
Banco Comercial Português Var 10/09/23	103 299	-	-	103 299	-	103 299
Banco Comercial Português Var 13/06/23	117 273	-	-	117 273	-	117 273
Banco Comercial Português Var 18/02/24	48 047	-	-	48 047	-	48 047
Banco Comercial Português Var 26/07/24	39 036	-	-	39 036	-	39 036
Banco Santander SA Float 29/01/26	600 000	2 238	-	602 238	150	602 388
Bankinter SA 0.625% 06/10/27	1 295 164	16 068	-	1 311 232	5 943	1 317 175
Bankinter SA 1.25% 23/12/32	997 970	5 060	-	1 003 030	240	1 003 270
Bat Capital Cop Float 16/08/21	1 500 000	587	-	1 500 587	-	1 500 587
Bayer AG 2.375% Var -12/05/179	1 493 230	30 005	-	1 523 235	4 783	1 528 018
Belfius Bank Float 16/04/68	899 000	92 540	-	991 540	7 449	998 989
CEPSA Finance SA 0.75% 12/02/28	1 093 719	-	(22 319)	1 071 400	3 119	1 074 519
CaixaBank SA 1.125% 12/11/26	1 547 625	1 920	-	1 549 545	10 634	1 560 179
Carrefour Banque Float 12/09/23	700 000	4 760	-	704 760	37	704 797
Carrefour Banque Float 15/06/22	2 799 300	8 176	-	2 807 476	84	2 807 560
Cellnex Finance CO SA 1.25% 15/01/29	1 482 348	-	(12 528)	1 469 820	6 935	1 476 755
Cemex Sab De CV 3.125% 19/03/26	700 000	20 748	-	720 748	6 137	726 885
Cepsa Finance SA 2.25% 13/02/26	1 685 152	34 704	-	1 719 856	13 512	1 733 368
Citigroup Inc Float 21/03/23	2 992 200	27 690	-	3 019 890	-	3 019 890
Cooperative Rabobank UA Var 29/06/169	1 007 500	6 140	-	1 013 640	85	1 013 725
Credit Agricole London Float 06/03/23	2 993 562	30 468	-	3 024 030	111	3 024 141
Daimler AG Float 03/07/24	3 000 000	20 160	-	3 020 160	-	3 020 160
Danfoss FIN I BV 0.125% 28/04/26	649 318	98	-	649 415	140	649 555
Deutsche Bank AG Var 19/11/25	2 037 120	-	(1 520)	2 035 600	12 219	2 047 819
EP Infrastructure AS 1.698% 30/07/26	1 565 100	-	(2 370)	1 562 730	23 377	1 586 107
Elis SA 1% 03/04/25	1 300 000	-	(4 173)	1 295 827	3 134	1 298 961
Energias de Portugal SA Var 20/07/80	1 492 500	18 105	-	1 510 605	24 103	1 534 708
Erste Group Bank AG Var 16/11/28	2 490 668	-	(15 518)	2 475 150	1 548	2 476 698
GazProm PJSC via Gaz Finance 1.5% 17/02/27	700 000	-	(462)	699 538	3 826	703 364
Gecina Float 30/06/22	2 495 000	13 550	-	2 508 550	-	2 508 550
Goldman Sachs Group Inc Float 19/03/26	3 550 004	13 556	-	3 563 560	489	3 564 049
HSBC Holding PLC 0.121% 05/10/23	3 009 676	2 834	-	3 012 510	-	3 012 510
Ing Groep NV float 20/09/23	3 501 265	54 385	-	3 555 650	269	3 555 919
Inmobiliaria Colonial SO 0.75% 22/06/29	1 187 628	2 340	-	1 189 968	197	1 190 165
Intesa Sanpaolo SPA Float 03/03/23	3 049 500	10 110	-	3 059 610	2 399	3 062 009
KBC Goup NV Float 23/06/24	2 012 214	-	(2 154)	2 010 060	42	2 010 102
Lloyds Banking Group Float 21/06/24	2 993 564	46 936	-	3 040 500	178	3 040 678
MERLIN PROPERTIES SOCIMI 2.375% 13/07/2	2 172 392	12 388	-	2 184 780	45 808	2 230 588
MedioBanca SPA Float 18/05/22	2 999 300	15 490	-	3 014 790	899	3 015 689
Mitsubishi UFJ FIN GRP Float 30/05/23	2 004 400	10 780	-	2 015 180	24	2 015 204
Mylan NV 2.25% 22/11/24	2 138 780	-	(1 460)	2 137 320	27 123	2 164 443
Natwest Markets PLC 0.125% 18/06/26	796 856	344	-	797 200	33	797 233

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
<i>-Obrigações diversas</i>						
Nykredit Realkredit AS Float 25/03/24	3 041 835	-	(465)	3 041 370	193	3 041 563
OMV AG Var 19/06/168	1 611 000	-	(24 375)	1 586 625	1 300	1 587 925
Raiffeisen Bank Intl Var 15/12/168	998 650	59 550	-	1 058 200	2 517	1 060 717
Societe Generale Float 22/05/24	3 550 957	-	(942)	3 550 015	967	3 550 982
Stellantis NV 0.75% 18/01/29	1 298 674	-	(2 743)	1 295 931	321	1 296 252
Sumitomo Mitsui Float 14/06/22	1 501 200	5 280	-	1 506 480	-	1 506 480
Swedbank 0.2% 12/01/28	2 098 404	-	(31 710)	2 066 694	1 945	2 068 639
Takeda Pharmaceutical Float 21/11/22	3 006 902	31 498	-	3 038 400	1 827	3 040 227
Telefonica Europe BV Var 12/05/169	900 000	-	(19 044)	880 956	8 085	889 041
Unicredit SPA Var 30/06/23	989 450	15 770	-	1 005 220	-	1 005 220
Veolia Environnement SA 0% 14/01/27	1 602 016	-	(10 928)	1 591 088	-	1 591 088
Vonovia Finance BV Float 22/12/22	3 100 972	14 156	-	3 115 128	-	3 115 128
MAGEL 4 A 20/07/59	2 009 903	-	(44 903)	1 965 000	-	1 965 000
	<b>106 807 979</b>	<b>689 107</b>	<b>(211 801)</b>	<b>107 285 285</b>	<b>235 480</b>	<b>107 520 765</b>
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
<i>-Obrigações diversas</i>						
Acea FLOAT 08/02/23	600 000	2 322	-	602 322	-	602 322
Renaul Float 14/03/22	2 996 660	12 520	-	3 009 180	167	3 009 347
	<b>3 596 660</b>	<b>14 842</b>	<b>-</b>	<b>3 611 502</b>	<b>167</b>	<b>3 611 669</b>
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
<i>-Obrigações diversas</i>						
AT&T Inc Float 05/09/23	3 034 700	4 270	-	3 038 970	665	3 039 635
BP Capital Markets PLC Var 22/06/169	1 594 500	10 815	-	1 605 315	1 068	1 606 383
Banco Bilbao Viscaya Float 09/03/23	3 475 655	49 440	-	3 525 095	110	3 525 205
Bank of America Corp Float 24/08/25	3 563 360	-	(1 480)	3 561 880	1 637	3 563 517
Barclays Plc Float 12/05/26	3 043 852	13 478	-	3 057 330	1 907	3 059 237
Credit Suisse Group AG Float 16/01/26	3 899 742	-	(24 525)	3 875 218	3 706	3 878 923
Medtronic Global Hldings 0.375% 15/10/28	995 237	13 843	-	1 009 080	2 815	1 011 895
Morgan Stanley Float 08/11/22	3 037 120	-	(30 340)	3 006 780	714	3 007 494
Natwest Markets PLC Float 27/09/21	2 999 690	6 184	-	3 005 874	60	3 005 934
Santander UK Group HLDGS Float 27/03/24	3 024 690	5 310	-	3 030 000	52	3 030 052
UBS Float 20/09/22	3 009 629	-	(5 519)	3 004 110	118	3 004 228
Wells Fargo & Company Float 31/01/22	1 480 986	23 139	-	1 504 125	-	1 504 125
	<b>33 159 161</b>	<b>126 479</b>	<b>(61 864)</b>	<b>33 223 776</b>	<b>12 852</b>	<b>33 236 629</b>
<b>TOTAL</b>	<b>161 233 873</b>	<b>903 054</b>	<b>(349 810)</b>	<b>161 787 117</b>	<b>282 068</b>	<b>162 069 185</b>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 30 de junho de 2021 foi o seguinte:

(valores em Euro)

Descrição	31.12.2020	Aumentos	Reduções	30.06.2021
Depósitos à ordem	30 073 526	134 343 529	143 461 480	20 955 574
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	10 000 000	-	10 000 000
<b>TOTAL</b>	<b>30 073 526</b>	<b>144 343 529</b>	<b>143 461 480</b>	<b>30 955 574</b>

#### 4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

##### Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

##### Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
  - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

### Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

## 10. RESPONSABILIDADES

A 30 de junho de 2021 o OIC tem contratado junto da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo uma conta corrente no valor de 16.110.322€, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se assim como uma responsabilidade potencial.

## 12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2021, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	418 466.96	-	-	(20 122 500)	-	(19 704 033)
de 1 a 3 anos	814 583	-	-	-	-	814 583
de 3 a 5 anos	8 983 579	-	-	-	-	8 983 579
de 5 a 7 anos	13 109 269	-	-	-	-	13 109 269
mais de 7 anos	7 518 487	-	-	-	-	7 518 487

## 14. PERDAS POTENCIAIS EM PRODUTOS DERIVADOS

De acordo com o artigo 17º do regulamento da CMVM 2/2015, o cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado através da abordagem baseada nos compromissos.

## 15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2021 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	568 373	0.31%
Comissão de Depósito	94 729	0.05%
Taxa de Supervisão	13 218	0.01%
Custos de Auditoria	3 522	0.00%
Outros Custos Correntes	1 675	0.00%
<b>TOTAL</b>	<b>681 517</b>	
<b>TAXA DE ENCARGOS CORRENTES</b>		<b>0.371%</b>

(1) Média relativa ao período de referência

## Relatório de Auditoria

---



Y

## Relatório de Auditoria

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento (o "OIC") sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 197 195 418 euros e um total de capital do OIC de 186 168 907 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 94 104 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2021, cerca de 82% do valor do ativo.</p> <p>Conforme referido na Nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor de mercado, em conformidade com o Regulamento de Gestão, que tem por base o disposto no Regulamento CMVM nº 2/2015 (repblicado pelo Regulamento da CMVM nº3/2020).</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços;</li> <li>• Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal;</li> <li>• Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas, e</li> <li>• Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.</li> </ul>

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quias as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 28 de maio de 2019 para um mandato compreendido entre os anos de 2019 e 2020. Fomos nomeados pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 30 de junho de 2021 para um novo mandato compreendido entre os anos de 2021 e 2023;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 30 de agosto de 2021;

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria.

**Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo**

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro (república pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro), deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2021

---

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)